



26/01/2017 - Convergência Digital

## Fórum Econômico Mundial: teles vão ganhar R\$ 6 trilhões com digitalização e internet

O setor de telecomunicações está em posição de liberar o equivalente a R\$ 6 trilhões em valor econômico por conta da transformação digital ao longo da próxima década, segundo indica um relatório do Fórum Econômico Mundial. A projeção envolve o desenvolvimento das redes do futuro e novos modelos de negócios nas operadoras, sustentados por inovações.

"Tecnologias como drones, satélites e balões estão estendendo internet acessível em regiões de baixa densidade populacional. Para as operadoras de telecomunicações, essas inovações têm o potencial de superar significativas barreiras de custos para alcançar áreas remotas em mercados desenvolvidos e em desenvolvi-

mento", sustenta o relatório, ao apontar a geração de valor em conectividade próxima a R\$ 1,5 trilhão entre 2016 e 2025.

"A adoção lenta e diferenciada das comunicações digitais e da internet em regiões com baixa penetração pode exacerbar o fosso digital ao concentrar os benefícios em segmentos da população melhor preparados para se beneficiar – os mais prósperos, educados e habilitados. Destruar maior valor nos segmentos econômicos mais baixos exige foco nos desafios de acessibilidade financeira, competição justa e conteúdo local relevante."

O mesmo relatório aponta que a maior fatia da

geração de valor ao longo desses 10 anos – cerca de R\$ 3,5 trilhões – é exatamente no lucro operacional cumulativo ao longo do período. Mas como lembra o Fórum Econômico Mundial, isso implica em superar gargalos dentro da própria indústria de telecom.

"Há barreiras significativas para a captura desse valor: as empresas estão sobrecarregadas de ativos legados; a colaboração entre os setores público e privado é limitada; o 'dilema do inovador' encoraja a inércia; e a cultura das incumbentes impacta a habilidade de atrair e reter os melhores talentos digitais.

26/01/2016 - Telesíntese

## Brasil diminui usuários de celular, TV paga e Telefonia Fixa em 2016

**Conforme a Anatel, somente a banda larga fixa cresceu 4,33% em 2016 em relação ao ano anterior. O celular perdeu 5,33% de sua base; a TV paga 1,63% e a telefonia fixa, campeã de perda de clientes, caiu 6,3%. Brasil passa a ter 26,587 milhões de assinantes de banda larga fixa; 244 milhões de acessos de celular; TV paga, com 18,8 milhões; e a telefonia fixa, com 41,83 milhões de linhas em serviço.**

No ano passado, a banda larga fixa foi o único serviço de telecomunicações que registrou crescimento no Brasil. Os 1.104.483 novos contratos representaram um crescimento de 4,33% no serviço de transmissão de dados. Os estados do Amapá, Maranhão e Rondônia apresentaram crescimento acima de 10%. No entanto, de novembro de 2016 a dezembro de 2016, o serviço apresentou queda de 0,58% no número de contratos no país.

A Tim (Telecom Itália) liderou a ampliação na base de assinantes ano passado com 29,04%, seguida pela Sky com 17,46% e a prestadora Cabo com 14,38% de crescimento. Destaque para os pequenos grupos que, com menos de 50 mil contratos, apresentaram crescimento de 18,05% de assinantes. De novembro a dezembro de 2016, as prestadoras Tim, Cabo e Algar registraram o maior crescimento no número relativo de usuários.

A tecnologia DSL, que utiliza a estrutura da telefonia convencional para o transporte de dados, continuou sendo a mais usada pelos brasileiros com 13,38 milhões de usuários, seguida pelo cabo com 8,58 milhões e a fibra ótica com 1,73 milhão. Durante o ano passado, a fibra registrou o principal crescimento, 33,61% da base de usuários. De novembro para dezembro também manteve a liderança com adição de 2,01%.

### Telefonia Móvel

No conjunto, a telefonia móvel foi o serviço que

apresentou a maior queda no ano passado. Menos 13.747.515 linhas, redução de 5,33%. A diminuição nos números foi mais impactante nos estados das Regiões Norte e Nordeste. Esta tendência também se manteve também no último mês do ano.

Os maiores crescimento relativos da base de assinantes foram representados pelos operadores virtuais, Datora e Porto Seguro. Oi, Claro (Telecom Américas) e Tim (Telecom Itália) apresentaram queda e a Vivo (Telefônica) se manteve estável ano passado. No entanto, na variação entre novembro e dezembro de 2016, a Tim também apresentou estabilidade na base de usuários.

O serviço pós-pago apresentou grande crescimento no em 2016, chegando a quase um terço dos acessos e no último mês do ano o pré-pago apresentou queda de 3,11% com um acumulado de menos 10,75% no ano.

O 4G registrou crescimento de 136,20% ano passado, com 34.657.660 novas linhas. E no último mês do ano o crescimento foi de 7,13%, aumento de 3.998.225 novos números. Outras tecnologias apresentaram redução tanto na variação anual quando de novembro para dezembro.

### TV paga

Em 2016, a TV por assinatura teve queda de 1,63%, menos 311.362 assinantes. Os maiores crescimentos foram registrados no Piauí, Sergipe e Pará e as maiores

quedas em Pernambuco, Amapá e Rondônia. No último mês do ano a queda registrada no serviço foi de 82.819 clientes, menos 0,44%.

No ano passado a prestadora Oi liderou o crescimento da TV paga com 11,61%, 135.630 assinantes. Em dezembro, obteve o segundo lugar, com 1,41%, a liderança ficou com a prestadora Cabo, 1,44% de crescimento.

A fibra ótica apresentou o principal crescimento dentre as tecnologias para envio do sinal da tv paga em 2016, aumento de 29,47% da base com mais 50.323 assinantes. Foi também a única tecnologia que apresentou variação positiva entre novembro e dezembro, crescimento de 0,51%.

### Telefonia Fixa

As linhas fixas mantiveram a tendência de queda registrada em outros anos. As autorizadas registraram diminuição de 6,30%, menos 1.148.680 de linhas. E as concessionárias menos 2,74%, queda de 696.602. Os números de dezembro também registraram redução tanto para autorizadas quanto para concessionárias.

No ano, a Tim apresentou a maior diminuição da base junto às autorizadas da telefonia fixa e a Oi junto às concessionárias em 2016. No entanto, no mês de dezembro a maior redução foi da Claro (Telecom Américas) frente às autorizadas e da prestadora Vivo como concessionária. (assessoria de imprensa).



25/01/2017 - Telesíntese

## Presidente da Anatel defende votação do PLC 79 pelo plenário do senado e parceria do TCU

Os dirigentes da Anatel encontraram-se hoje, 25, com o relator de telecom, ministro Bruno Dantas, do TCU, para informar que pretendem contar com a parceria do tribunal em cada um dos estágios de elaboração da regulamentação da migração das concessões para a autorização e a venda dos bens reversíveis. Juarez Quadros acha até mais prudente que o PLC 90 seja também votado pelo plenário do Senado Federal.

O presidente da Anatel, Juarez Quadros, e os demais conselheiros (Anibal Diniz, Igor de Freitas, Leonardo de Moraes) reuniram-se hoje, 25, com o ministro Bruno Dantas, do TCU. No encontro, a Anatel disse que irá estreitar a parceria com o tribunal na fase de elaboração das regras que irão nortear a migração das concessões de telefonia para autorizações, conforme estabelece o PLC 79 (PL 3453), recentemente aprovado. Quadros defendeu ainda a votação do projeto pelo plenário do Senado Federal. "Seria mais prudente que o projeto fosse apreciado pelo plenário", afirmou ele.

A intenção da agência é regulamentar o novo marco legal em etapas, com a avaliação e votação pelo TCU de cada uma dessas etapas, para dar a segurança jurídica e a transparência para o processo de mudança. "Na privatização do sistema Telebras, o processo foi dividido em três estágios, e cada um deles teve a aprovação do TCU. Queremos adotar o mesmo princípio agora, até porque a fase atual é até mais complexa do que a anterior", afirmou o executivo.

Segundo Quadros, durante a privatização da Telebras, o primeiro estágio congregou os contratos de referência das consultorias e auditoria, a cisão da Telebras e o próprio edital de privatização. Depois de aprovada esta etapa pelo TCU, foram submetidos ao tribunal os documentos do segundo estágio, que incluiu o relatório econômico e o preço mínimo de venda de 19% de participação da União na Telebras, também aprovado pelo plenário do Tribunal. No terceiro estágio, foi estabele-

cido o preço final de venda, a contratação do auditor independente, a aplicação dos recursos arrecadados com a privatização e as despesas administrativas do processo. E esses estágios contaram, todos, com acórdãos de aprovação do TCU. Esse é o modelo que será adotado agora. "Essa é a vontade dos conselheiros, após a sanção da lei", afirmou.

A Anatel ainda não sabe quais e quantos serão os estágios necessários, mas tem a certeza de que o processo não poderá ser muito burocrático, para não atrasar os investimentos em banda larga, nem tão rápido que deixe qualquer pergunta sem resposta.

"Durante a privatização, buscava-se o preço mínimo de venda. Agora, o processo é mais complexo, pois teremos que ter a garantia do preço justo dos bens que vão permitir a migração da concessão para a autorização", disse.

No entender de Quadros, esse preço justo deve levar em consideração o valor da migração, mas que não afugente as operadoras, a ponto de elas desistirem de mudar os seus contratos. No seu entender, o cálculo deverá ser feito, conforme sugere o TCU, desde o início da concessão até o ano de 2025, e não a partir da aprovação da lei, conforme sugeriram alguns estudos na Anatel.

Quadros agradeceu também o apoio de Dantas ao artigo que escreveu no jornal Valor Econômico em 2 de janeiro deste ano sob o título "O marco regulatório das telecomunicações".

24/01/2017 - Rede Brasil Atual

## Previdência: reforma torna quase impossível a aposentadoria integral

Com a rotatividade, a informalidade e a alta duração do desemprego, grande parte dos trabalhadores brasileiros – e suas famílias – estará desprotegida no final de sua vida laboral

A proposta de reforma da Previdência, além de tornar mais difícil a aposentadoria e reduzir os benefícios, traz também diversas outras mudanças, com os obstáculos aos Benefício de Prestação Continuada, que já têm regras difíceis de serem acessadas. O alerta é da economista Patrícia Pelatieri, coordenadora de pesquisa do Dieese. Segundo ela, as mudanças que incidem tanto sobre o regime geral de previdência, que são os empregados com carteira do setor privados, como sobre os contribuintes de regimes próprios dos serviços públicos – da União, estados e municípios – são muito radicais.

E, diferentemente de atender às justificativas do governo, de que é necessária por que a Previdência acumula déficits, a reforma é subordinada às regras contidas na Emenda Constitucional 95 (resultado da PEC 55), que estabelecem tetos para gastos públicos. "Essa emenda consolida uma escolha por parte do

governo sobre como utilizar o dinheiro dos impostos, o dinheiro público. Trata-se de qual Brasil nós estamos construindo", diz Patrícia.

A imposição combinada de idade mínima de 65 anos com tempo mínimo de 25 anos de contribuição, explica a economista, coloca um obstáculo muito grande ao direito social básico à aposentadoria. "Com a alta rotatividade, a alta informalidade e a alta duração do tempo de desemprego, será muito difícil acumular a comprovação de 25 anos de contribuição. Isso, portanto, deixará grande parte dos trabalhadores brasileiros desprotegido no final de sua vida laboral – assim como suas famílias."

Caso a pessoa consiga se aposentar pelos limites mínimos, o que já será muito difícil, como já foi dito, o valor do benefício será de 76% daquele a que teria direito com base na média calculada em toda a vida contributiva do trabalhador contada a partir de julho

de 1994. Para garantir o valor integral dessa média, o trabalhador ou trabalhadora teria de contribuir por 49 anos. Isso demonstra uma impossibilidade absoluta de se atingir o benefício integral, alerta a economista. "E nós estamos falando de um país em que a média salarial dos trabalhadores é de R\$ 2 mil. É disso que estamos falando. É esse teto que o trabalhador, em média, não conseguirá atingir."

Para a coordenadora de pesquisa do Dieese, transparece que essa proposta de reforma tem o objetivo de fragilizar o sistema público de previdência social e de estimular a difusão de sistemas privados de previdência. Acompanhe o diálogo entre Patrícia e a apresentadora Marilu Cabañas, da Rádio Brasil Atual.

Ouçã a entrevista:

<https://soundcloud.com/redebrasilatual/pec-da-previdencia-endurece-regras-de-acesso-e-rebaixa-valor-dos-beneficios>



26/01/2017 - Vermelho

## Um funeral para a universidade pública de qualidade

Orçamento cada vez mais magro, greves recorrentes e o fantasma da privatização pairando no ar: o retrato da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) reflete o cenário apresentado em outras instituições públicas de ensino superior do Brasil, como as universidades estaduais de São Paulo, da Bahia e até mesmo da rede federal.

“Em praticamente todos os Estados da Federação há informes de que as universidades estaduais e municipais passam por momentos difíceis, em muitos casos interrompendo serviços que beneficiam sobretudo a parcela mais carente da população”, manifesta-se, em nota, a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.

A crise que assola o Rio de Janeiro trouxe consequências extremas às universidades Norte Fluminense (Unf), da Zona Oeste (Uezo) e do Estado do Rio de Janeiro. Hoje, o governo deve R\$ 402,5 milhões às três instituições. Com salários atrasados e sem condições mínimas para voltar a operar — como a falta de serviços de higiene e segurança dentro dos campi — os funcionários e alunos temem o fechamento das portas, a municipalização ou privatização dos serviços.

Em resposta aos cortes, representantes de diversas instituições de ensino e pesquisa em nível superior se organizaram em manifestações que estão acontecendo dentro da Uerj, desde o início do mês, em sua defesa. Na manhã desta terça-feira, dia 24, os manifestantes realizaram um enterro simbólico da educação superior pública, que foi chamado de “UERJ de luto na luta”.

A presidente do sindicato dos trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz, Justa Helena Franco, esteve no protesto “abraço à Uerj”, dia 19, e falou ao The Intercept Brasil:

“É um projeto muito bem articulado de privatização. A voz corrente é a de que só haveria condições de fornecer o básico e de que as universidades teriam de seguir um modelo americano, um modelo de países desenvolvidos em que as pessoas teriam de pagar. Ora, quem teria dinheiro para pagar para entrar na universidade? Isso é uma exclusão da população sem precedentes no nosso país.”

A pauta do financiamento privado de universidades públicas foi mais uma vez defendida em um editorial do jornal O Globo, publicado dia 22 de janeiro, e em um artigo do ministro do Supremo Tribunal Federal Luis Roberto Barroso, publicado no mesmo jornal uma semana antes.

“A crise da Uerj revela não apenas a falência do Estado do Rio, mas também de um modelo de financiamento da universidade no Brasil”, escreveu Barroso, que tem graduação e doutorado feitos na Uerj e leciona na faculdade de direito de lá. O ministro defende que “a universidade brasileira vai ter de aprender a viver com recursos próprios, só contando com dinheiro público para alguns projetos específicos”. O artigo foi rebatido por representantes da universidade, e o jornal contra-argumentou que “a única alternativa para compensar a falta de dinheiro público são recursos

privados”.

Em uma resposta irônica, os manifestantes criaram a iniciativa “vaquinha Uerj” que, em vez de dinheiro, pede pela mobilização da sociedade. Um texto no site do movimento explica: “Para manter uma universidade do porte da Uerj com contribuições voluntárias, precisaríamos de 10 MIL doadores bancando R\$ 9 mil mensais. É uma vaquinha impossível! Voluntarismo e filantropia não sustentam grandes universidades. Por isso, precisamos pressionar o governo para que invista o dinheiro que os contribuintes já pagam na forma de impostos”.

Em São Paulo, a saída para a crise foi drástica. No ano passado, o estado contingenciou R\$ 233 milhões das três universidades sob sua tutela: a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp). Os cortes começaram em 2015 e, para 2016, cálculos estimam déficit de R\$ 230 milhões para a Unicamp e de R\$ 659,91 milhões para a USP. A saída apresentada pelas reitorias foi criar programas de incentivo à demissão voluntária e redução da jornada de trabalho com redução proporcional do salário.

Na Bahia, as quatro universidades estaduais (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Universidade do Estado da Bahia – UNEB e Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC) protestam juntas contra a grave crise orçamentária que enfrentam. Em notas públicas, as instituições alertam que, desde 2015, denunciam “a grave crise que punha em risco o próprio funcionamento”. Segundo levantamentos internos, entre 2013 e 2016 foram cortados cerca de R\$18 milhões do orçamento de manutenção apenas da Uesb.

Já entre as federais, o gargalo se deu quando, a partir de 2012, a rede foi ampliada e o orçamento não acompanhou a expansão. Os cortes ainda não chegaram aos salários, mas já impedem a manutenção da infraestrutura das instituições. É o que explica Orlando Afonso do Amaral, presidente da comissão de orçamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes):

“Os orçamentos têm sido atualizados de forma insuficiente. E, para a parte de manutenção do custeio, que é fundamental para manutenção das atividades de dia a dia, pagar contas de luz e reformar os laboratórios, por exemplo, esse valor está sendo reduzido a cada ano. Em 2016, foram R\$3,3 bilhões para todas as federais, este ano serão R\$3 bilhões.”

Custeio é a parte do orçamento destinada aos gastos com a manutenção e a conservação da infraestrutura, aquisição de material de trabalho e pagamento

de serviços terceirizados, como limpeza e segurança. Na Uerj, os cortes no custeio se seguem desde 2013. O orçamento de custeio, com valores ajustados pela inflação, caiu de R\$576 milhões em 2013, para R\$506 milhões em 2014 e R\$476 milhões em 2015. Os pagamentos de 2016 não foram concluídos, segundo uma nota oficial do governo do Rio. O governo informa que “76% do orçamento total da Uerj foram efetivamente repassados” e que foram repassados R\$ 189,2 milhões em custeio.

Limitar o orçamento da educação superior é limitar também as chances de crescimento de milhões de jovens que ingressam nas universidades públicas por cotas afirmativas, e o desmonte da universidade do Rio é um retrato claro disso. A Uerj foi a primeira universidade no país a adotar o sistema de cotas, quase dez anos antes da Lei de Cotas.

Roberto Lourenço é aluno do quinto período da faculdade de biologia. Ele mora na baixada fluminense e precisa da bolsa para arcar com as despesas do transporte, afirma que “se não fosse a Uerj, não teria acesso a uma formação de qualidade”. Lourenço afirma que colegas de curso já desistiram das aulas por não terem condições de pagar pelo transporte ou pela alimentação e que muitos já imploraram aos professores para cancelarem provas, porque as bolsas estavam atrasadas, e eles não teriam como ir à faculdade.

Defender a cobrança de mensalidades para alunos de universidades públicas é ir contra o movimento de inclusão social que levou pessoas como Lourenço — e outros 12 mil cotistas da Uerj — a uma educação superior de qualidade.

Apesar dos cortes, as universidades públicas conseguem permanecer entre as melhores do país. Das 50 melhores universidades da América Latina em 2016, 18 são universidades públicas brasileiras, apenas 5 particulares. No entanto, as quedas de investimentos já se revertem em queda de qualidade. Entre 2013 e 2016, quando os cortes se intensificaram, a USP, melhor universidade do Brasil, caiu aproximadamente 100 posições no ranking mundial: passou do 158º lugar para um empate do 251º ao 300º colocados.

Para Javier Botero Álvarez, especialista do Banco Mundial que monitora a educação superior na América Latina e fez uma análise sobre o ranking, “o montante investido por aluno nas universidades públicas brasileiras ainda é baixo” se comparado com outros países. Ele acredita que a falta de financiamento adequado ainda será um problema para a educação superior brasileira “por alguns anos”. Se depender do atual governo e de suas medidas de austeridade, serão, mais especificamente, vinte anos.



25/01/2017 - Portal Vermelho

## Preço da gasolina já subiu três vezes só em 2017, alerta senador

Antes e durante o processo de impeachment, os atuais integrantes do governo golpista de Michel Temer alardeavam que bastava retirar do poder a presidenta eleita pelo voto popular e democrático, Dilma Rousseff, para que todos os problemas do País fossem resolvidos, principalmente na economia. Reclamavam que a política de preços dos combustíveis no Brasil, por exemplo, deveria estar atrelada automaticamente ao preço do petróleo no mercado internacional.

Pela terceira semana consecutiva, de acordo com a ANP, o valor do litro da gasolina acumula alta de 0,51% neste ano. Pela terceira semana consecutiva, de acordo com a ANP, o valor do litro da gasolina acumula alta de 0,51% neste ano. Agora os golpistas que mentiram e iludiram jogam para a sociedade a obrigação de pagar o pato, porque só no primeiro mês do ano já aconteceram três aumentos de preço da gasolina, denúncia o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PT-PE).

Pela terceira semana consecutiva, de acordo com o sistema de levantamento de preços da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o valor médio do litro da gasolina cobrado em todo o Brasil avançou para R\$ 3,774, acumulando alta de 0,51% neste ano. E a tendência é aumentar, porque o preço do petróleo no mercado internacional dá sinais de que continuará subindo.

De acordo com a ANP, o preço médio do diesel pulou de R\$ 3,085 por litro para R\$ 3,108 (alta de 0,75% na semana). Não é à toa que caminhoneiros de todos os cantos do País criticam que o que recebem pelo frete já não compensam por causa do diesel caro.

O etanol também subiu, passando de R\$ 2,913 para R\$ 2,931 (alta de 0,62%). A ANP consultou quase 5,7 mil postos para calcular a média da taxa da gasolina, 5,1 mil para o etanol e 3,5 mil para o diesel, entre os dias 15 e 21 de janeiro. Em Pernambuco, no município de Araripina, o preço médio está em R\$ 4,069, bem acima da média nacional.

### Argumento mentiroso

“Os golpistas alardeavam País afora que todos os problemas da economia brasileira seriam resolvidos assim que ficassem a presidenta Dilma do poder, pois ela seria o principal motivo da instabilidade do Brasil. Sempre que um dado como esse da ANP, divulgado ontem, vem à tona, fica provado o quanto esse argumento era mentiroso”, afirmou Humberto.

Segundo ele, a situação financeira do País, infelizmente, só tende a piorar, pois “Temer e o governo como um todo são fracos, corruptos e atuam de maneira criminosa contra os direitos fundamentais dos trabalhadores brasileiros”.

Para Humberto, uma mudança nos rumos da economia brasileira e também uma solução para contornar a atual crise política e moral que vive a nação só irão ocorrer com a realização de eleições diretas para a Presidência da República.

“Temer, o PMDB e os seus aliados já demonstraram claramente que não têm capacidade, além de legitimidade, para governar o Brasil. Nadam num mar de lama, perdidos, sem tomarem qualquer iniciativa positiva que dê um alento ao cidadão. Os eleitores têm o direito de escolher um novo chefe de Estado”, avalia.

26 de janeiro de 2017 - Vermelho

## Brasileiros deixam de viajar de avião sob efeito do governo Temer

Balanco divulgado nesta quarta-feira (25) pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) mostra que o número de passageiros transportados pelas empresas aéreas no país diminuiu 7,8% no ano passado na comparação com 2015. Essa é a primeira vez em dez anos que o país tem queda no número de passageiros de avião. O motivo é a depressão econômica provocada pelo golpe que levou Michel Temer ao poder.

Essa é a primeira vez em dez anos que o país tem queda no número de passageiros de avião. Essa é a primeira vez em dez anos que o país tem queda no número de passageiros de avião. Ao todo, nos 12 meses do ano, as companhias aéreas transportaram 88,7 milhões de passageiros, frente aos 96,2 milhões registrados em igual período do ano anterior. No mesmo período, por sua vez, a oferta de assentos por parte das empresas também diminuiu em 5,9%.

Por outro lado, os dados da Anac revelam que no ano passado houve um leve crescimento do número de passageiros por voo. A chamada taxa de aproveitamento das aeronaves em voos domésticos foi de 80%, frente a 79,8% em 2015, variação positiva de 0,2%.

Em dezembro de 2016, o aproveitamento doméstico foi de 81,3%, crescimento de 1,8% em relação ao mesmo mês de 2015. O resultado, segundo a Anac, representa o maior valor do indicador para meses de dezembro desde o início da série histórica, em 2000.

### Dezembro

Em dezembro do ano passado, foram transportados 8 milhões de passageiros. O número representa uma queda de 5,9% em relação ao mesmo mês de 2015 e a 17ª queda consecutiva do indicador. Já a oferta doméstica teve a 16ª baixa sucessiva. No mesmo mês, a demanda e a oferta registraram queda de 2,8% e 4,6%, respectivamente, na comparação com o mesmo mês de 2015.

De acordo com a Anac, enquanto as companhias Avianca e Azul tiveram crescimento da ordem de 13,2% e 1,8%, respectivamente, em dezembro passado, as líderes do mercado aéreo nacional, Gol e Latam, registraram retração de 3,5% e 7,6%, respectivamente. Em dezembro passado, as duas gigantes mantiveram-se na liderança do mercado doméstico, com participações de 37,4% e 32,7%, respectivamente.

### Voos internacionais

Se o transporte total de passageiros transportados nos voos doméstico teve queda no ano passado, o total de passageiros em voos internacionais feitos pelas empresas brasileiras teve incremento de 2,9% em relação ao ano anterior, totalizando 7,5 milhões.

Levando em consideração somente o mês de dezembro, o Brasil teve recorde no transporte de passageiros nesse tipo de voo. Ao todo, o número de passageiros transportados em dezembro de 2016 foi de 682,3 mil, elevação de 7,5% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, melhor resultado desde 2000.

Já a demanda por voos internacionais em 2016 apresentou ligeira queda (0,3%) em relação aos 12 meses de 2015. A oferta internacional caiu 3,1% no período.

### Transporte de carga

Segundo a Anac, a quantidade de carga paga transportada no mercado doméstico no ano passado também acumulou redução de 5,4% em relação a 2015, atingindo 325 mil toneladas. Em dezembro de 2016, foram transportadas 32,1 mil toneladas, aumento de 7,8% em relação a dezembro de 2015.

No período de janeiro a dezembro de 2016, a carga paga internacional transportada por empresas brasileiras acumulou aumento de 1% em relação ao mesmo período de 2015, somando 182,2 mil toneladas.

25/01/2016 - Altamiro Borges

## A sonegação fiscal destrói o Brasil

A sonegação de tributos tem a proeza de, ao mesmo tempo, destruir a situação fiscal de um país e aumentar muito a desigualdade, levando a problemas econômicos variados.

O número da sonegação normalmente apresentado pela Procuradoria da Fazenda Nacional está entre 400 e 500 bilhões de reais. Recentemente vem se falando em 900 bilhões de reais.

Estudos divulgados no exterior em relação a países em desenvolvimento mencionam outro problema, mas correlacionado: um fluxo anual de 900 bilhões de dólares de capital ilícito para o exterior decorrente de corrupção, propinas, tráfico de drogas etc.

Independentemente do número exato, o fato é que 100 bilhões de reais em tributos sonegados todo ano, um valor crível, ainda que não completamente suficiente, seriam cruciais para tirar o Brasil da crise fiscal e solucionar boa parte dos problemas de infraestrutura por meio de investimento público.

É muito difícil calcular a sonegação, pois é preciso separá-la do que é planejamento tributário e do que é simplesmente discordância de interpretação. Cada problema deve ser atacado de uma forma específica.

O fisco brasileiro faz, por exemplo, pouca ideia de quanto representaria o valor somado de sonegação de cada uma das muitas milhares de pequenas empresas, boa parte delas sequer fiscalizada, pois a tributação, assim como o País, é muito extensa e complicada. Não é possível resolver o problema da extensão, mas o da tributação sim, sem dúvida.

Como o processo tributário brasileiro leva anos a fio, muito dinheiro a receber dos contribuintes fica nele represado, especialmente no Judiciário, de modo que esse problema se soma ao da sonegação para afundar a arrecadação.

Uma primeira necessidade evidente da política tributária brasileira é simplificar o sistema, reduzindo tributos e obrigações acessórias.

Uma segunda necessidade é a reforma tanto dos fiscos e dos órgãos administrativos quanto do Judiciário. Os órgãos administrativos paritários de julgamento, modelo não encontrado em nenhum outro país do mundo, precisam ser todos reformulados com urgência, pois são seios de corrupção e de julgamentos sem imparcialidade.

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), alvo da Operação Zelotes da Polícia Federal, que teve mais um



conselheiro preso alguns meses atrás e cuja Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi encerrada sem qualquer consequência por pressão de grandes empresários, é o exemplo mais evidente de ineficiência, parcialidade e corrupção. Precisa de intervenção urgente.

Tão ou mais grave, no entanto, é o tratamento que se dá aos sonegadores no Brasil, que não correm o risco de serem presos, pois basta pagarem os valores sonegados após o crime ser descoberto. É como se

um ladrão de banco, após ser pego, ficasse livre por devolver o dinheiro. É inexplicável.

Conforme demonstrado por um histórico das leis em texto anterior, isso acontece, sobretudo, porque o legislador brasileiro nunca se interessou em punir de forma séria e severa a sonegação. Além de extinguir a punibilidade do crime pelo pagamento, é possível suspendê-la ao longo do processo administrativo e por outros meios.

Ademais, a pena de 2 a 5 anos de prisão, quase nunca aplicada, não permite condenação em regime fechado se o réu for primário. Assim, aquele que arromba a porta de alguém e furta um bem no valor de 100 reais está sujeito a pena de 2 a 8 anos, mas aquele que sonega 100 milhões de reais está sujeito a pena de 2 a 5 anos, sendo que, se pagar, fica livre.

Além de acabar com a possibilidade de extinguir a punição pelo pagamento dos tributos, é preciso elevar a pena máxima do crime para pelo menos 8 anos, que permite a prisão em regime fechado mesmo do réu primário. Na Alemanha, por exemplo, a pena máxima é 10 anos.

Não é preciso ser um grande especialista para concluir que, se não há punição criminal, o ilícito deixa de ser visto pela sociedade como crime. Daí porque, se quase todo mundo sonega e se ninguém é preso, por que alguém vai pagar tributo no Brasil? Como se sabe, o senso social e de cumprimento de regras não é exatamente o forte do brasileiro.

Se o risco de sonegar tributos, ficando com muito mais dinheiro, é apenas financeiro e há chance de o fisco sequer perceber isso dentro do prazo de cinco anos, os incentivos para que se sonegue são muito maiores. Após os cinco anos, passada a exigibilidade do tributo, também não há punibilidade do crime.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2017/01/a-sonegacao-fiscal-destrui-o-brasil.html>